

1.
Apresentação geral

2.
Objetivo geral

3.
Programa resumido

4.
Bibliografia principal

1.

Curso: Solicitadoria

Área/ Subárea: Direito / Direito Comum

Semestre: 1º Semestre

Carga horária: 4,5H

ECTS: 5

2.

A unidade curricular de Direito Constitucional tem por objetivo geral dar a conhecer ao aluno os princípios e regras fundamentais contidos na Constituição como norma fundamental da Ordem Jurídica. Os referidos princípios e regras disciplinam a relação jurídica entre o Estado e os seus cidadãos, a formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos do Estado e determinam a ordem política, económica, social e cultural desta comunidade política.

3.

Parte I

A pessoa humana, o Estado e a Constituição

1. A pessoa humana e a sua sociabilidade

1.1. As comunidades humanas na História

1.2. O poder político

2. O Estado

2.1. O Estado: conceito e elementos

2.2. O Estado como Sociedade humana e como organização político-administrativa

2.3. Os fins do Estado

2.4. As funções do Estado

2.5. As formas de Estado

2.6. O Estado e o Direito: o Estado de Direito

3. O Constitucionalismo

3.1. O movimento constitucional

3.2. Configurações específicas de alguns movimentos constitucionais

3.3. A História Constitucional portuguesa (súmula)

3.4. A Constituição da República Portuguesa de 1976: a fase constituinte e as revisões constitucionais

4. A Constituição

- 4.1. Constituição e Direito Constitucional
- 4.2. Constituição, Sociedade e Estado
- 4.3. Constituição e Estado de Direito Democrático
- 4.4. Classificação de Constituições

Parte II

A Constituição da República Portuguesa de 1976

5. A sistematização e os princípios fundamentais

- 5.1. A sistematização da Constituição da República Portuguesa
- 5.2. Os princípios constitucionais
 - 5.2.1. O princípio da dignidade humana
 - 5.2.2. O princípio da liberdade
 - 5.2.3. O princípio da solidariedade
 - 5.2.4. O princípio do Estado de Direito
 - 5.2.5. O princípio democrático
 - 5.2.6. O princípio republicano
 - 5.2.7. O princípio da soberania nacional
 - 5.2.8. O princípio do Estado unitário
 - 5.2.9. O princípio da integração europeia
 - 5.2.10. O princípio da cooperação internacional

6. Os direitos fundamentais

- 6.1. O conceito de direito fundamental
- 6.2. A dicotomia entre direitos, liberdades e garantias e direitos económicos, sociais e culturais
- 6.3. Os direitos fundamentais extra-documentais e os direitos de natureza análoga aos direitos, liberdades e garantias
- 6.4. O regime jurídico português vigente em matéria de direitos fundamentais

7. A organização do poder político

- 7.1. Aspectos gerais sobre o regime constitucional dos órgãos do poder político
- 7.2. Os órgãos de soberania
 - 7.2.2. O Presidente da República: eleição e estatuto
 - 7.2.3. A Assembleia da República: formação, composição, competência e funcionamento
 - 7.2.4. O Governo: função, estrutura, formação, responsabilidade e competência.
 - 7.2.5. Os tribunais, em especial o Tribunal Constitucional
 - 7.2.6. O sistema de Governo
- 7.3. Outros órgãos do Estado
- 7.4. As Regiões Autónomas
 - 7.4.1. A autonomia política e legislativa regional
 - 7.4.2. Os órgãos de governo próprio das regiões autónomas
 - 7.4.3. O representante da República

8. A actividade legislativa do Estado e das regiões autónomas

- 8.1. A actividade legislativa
- 8.2. Os princípios constitucionais sobre a produção normativa

- 8.3. As leis; algumas categorias de leis tipificadas na CRP: leis que beneficiam de uma posição de superioridade relativamente a outros actos legislativos e leis ordinárias com valor reforçado
- 8.4. Os decretos-lei
- 8.5. Os decretos legislativos regionais
- 8.6. A apreciação parlamentar de decretos-lei e de decretos legislativos regionais
- 8.7. O procedimento legislativo

9. A actividade política do Estado

- 9.1. A actividade política do Estado
- 9.2. O referendo nacional
- 9.3. A auto-organização dos órgãos colegiais: os regimentos
- 9.4. As resoluções
- 9.5. O acompanhamento parlamentar da actividade governativa

10. A defesa da Constituição: a fiscalização da constitucionalidade e da legalidade

- 10.1. A fiscalização da constitucionalidade como elemento do sistema de *checks and balances*
- 10.2. Os modelos de fiscalização da constitucionalidade.
- 10.3. A fiscalização da constitucionalidade no Direito Constitucional português
- 10.4. Os processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade

11. A defesa da Constituição: a revisão constitucional

- 11.1. O Poder constituinte: natureza e caracterização
- 11.2. O Poder constituinte e o poder de revisão constitucional
- 11.3. Os limites à revisão constitucional
- 11.4. A relevância jurídica dos limites materiais em especial

4.

- J. BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, 2 volumes, Coimbra, Livraria Almedina, 2013,
- J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Livraria Almedina, 2003,
- MANUEL AFONSO VAZ, *Direito Constitucional – O sistema constitucional português*, Porto, Universidade Católica Editora, 2105,
- PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português*, 2 volumes, Coimbra, Livraria Almedina, 2010,
- R. LEITE PINTO, J. MATOS CORREIA e F. ROBOREDO SEARA, *Ciência Política e Direito Constitucional*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2009.